

HABEAS CORPUS Nº 548.677 - PR (2019/0357152-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : MAURICIO MARTINEZ PEREIRA
ADVOGADO : MAURÍCIO MARTINEZ PEREIRA - PR020749
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MATEUS DE ALMEIDA ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATEUS DE ALMEIDA ALVES contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ - HC n. 0048257-74.2019.8.16.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de organização criminosa.

Nesta via, alega o impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Aduz que a conduta do acusado, se comparada a dos demais corréus, seria de menor importância e menos grave.

Alega que embora o réu tenha realmente participado de conversa comprometedora, tal fato não caracterizaria a prática de crime, o que lhe permitiria responder ao processo em liberdade.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva e expedido o competente alvará de soltura ao paciente. Subsidiariamente, que seja reconhecido o excesso de prazo na formação da culpa, bem como para que seja deferida a prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante se infere do seguinte trecho do aresto impugnado (fls. 464/466):

No presente caso, a decisão justificou-se nas características extremamente graves do crime praticado, que abala gravemente a ordem pública, havendo necessidade de segregação para que o paciente não volte a delinquir.

É certo que a ação penal se encontra em curso e os fatos serão melhor apurados no decorrer da instrução processual. No entanto, por ora, verifica-se o fumus

comissi delicti consubstanciado nas investigações aprofundadas, inclusive com interceptações telefônicas, no sentido de que o paciente integra organização criminosa conhecida por PCC, atuando como seu membro efetivo.

Justificou a autoridade coatora: “Pelo que foi extraído dos autos, MATEUS DE ALMEIDA ALVES (“BOY”), em uma conversa conferência telefônica com requeridos membros da facção, salientou ser “companheiro”, solicitando seu cadastro. GREGORY, então, apresentou seus dados, colhendo-se o “cara-crachá” do requerido em questão, passando a ele a atuar como “companheiro” na facção, mesmo antes de formalizado o “batismo”, o que caracteriza a integração à organização criminosa.”.

Quanto ao periculum libertatis, consubstanciou-se, como bem ponderou o d. magistrado em decisão que decretou a prisão preventiva, nos indicativos de que não se trata de fato isolado na vida do paciente, com informações de que reiterou a prática criminosa: “O requerido em questão, pelo analisado nos autos, passou a integrar, a priori, o PCC (a conferência telefônica acima mencionada foi interceptada no dia 22 de fevereiro de 2019), envolvendo-se em reiteradas práticas criminosos, consoante já relatado.”.

[...]

Portanto, diante da provável ocorrência de ilícito de gravidade concreta e indicativo de risco de reiteração da prática criminosa, a autoridade coatora decretou a prisão preventiva, não se vislumbrando o alegado constrangimento ilegal.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

Ademais, "conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009)" (HC 525.294/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 21/11/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito da impetração, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal deflagrada contra o paciente, encaminhando a esta Corte Superior cópia de eventual sentença proferida e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional do acusado.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator